

O ÚLTIMO CAIS

LÊNIA MÁRCIA DE MEDEIROS MONGELLI
(USP)

Para um romance de estréia como é **O último cais**, da escritora portuguesa Helena Marques, ele chega até nós muito bem recomendado pela crítica de além-mar: foi distingüido com o “Prêmio Literário do Círculo de Leitores”, o “Grande Prêmio de romance e novela da Associação Portuguesa de Escritores” e o “Prêmio ‘Máxima’ — Revelação”, encontrando-se já na terceira edição, sendo a primeira de 1992. A autora militante do jornalismo lusíada desde 1957 (**Diário de Notícias**, **A Capital**, **Jornal do Comércio** etc.) disse, quando de sua recente visita ao Brasil, ter ingressado na ficção meio que por acaso, mas já está com um segundo romance em preparação, pois tomou gosto pela coisa. Incentivos não lhe faltam, a começar de Maria Teresa Horta, co-idealizadora das polêmicas **Novas cartas portuguesas**, que assina a contracapa do livro e classifica o texto de “envolvente” e “sedutor”.

Se, por esse preâmbulo, o leitor brasileiro espera defrontar-se com uma prosa que não destoe da chamada “literatura de vanguarda” portuguesa — radical inovadora da linguagem romanesca, como em Lobo Antunes e Almeida Faria — pode enveredar sua curiosidade para outra direção: o discurso de Helena Marques é de natureza tradicional, bem ao gosto da terra, subjetivo e confessionalista, a serviço de recontar a saga de duas famílias historicamente localizadas nas últimas décadas do século XIX, os Vaz de Lacerda e os Passos Villa, gente de classe média alta e entrelaçada por vínculos matrimoniais. Novela de costumes, à Alencar, ou romance-reportagem nos termos de alguns neo-realistas que fizeram escola em Portugal, como Alves Redol.

Mas Helena Marques é intuitiva e a força de sua imaginação provém de uma profunda e comovida adesão à causa das personagens, matiz lírico de reconhecida raiz nacional e com vigorosos parâmetros em Irene Lisboa e Maria Judite de Carvalho, a quem de certa forma **O último cais** se filia: tomando por tema o Funchal, capital da Ilha da Madeira, onde se criou e passou a maior parte da vida, Helena aproveita a condição de “ilhados” dos protagonistas para refletir sobre as relações ancestrais dos portugueses com o mar — sua ânsia de evasão,

de horizontes longínquos, de devaneios compensadores da coerção espacial e de distâncias intransponíveis. Desse ângulo, a obra configura-se como uma espécie de metonímia do inconsciente coletivo lusitano, estendido à vertente bem específica do arquipélago madeirense.

Não está aí, contudo, a intenção central do romance: ele foi escrito, na verdade, para defender os ideais declaradamente feministas de Helena Marques, a justificar o entusiasmo de Maria Teresa Horta e de tantas outras Marias que, principalmente após a Revolução dos Cravos, têm se dedicado a resgatar a plenitude da mulher portuguesa, esmagada por séculos de opressão e de domesticidade castradora. Fiel ao propósito que a pré-organiza, a obra vai-se desviando do “Diário de Bordo” de Marcos Vaz de Lacerda, “médico-cirurgião em navios de guerra afetos à estação de Moçambique”, texto que “chegou” à narradora por alguém da família, para concentrar-se na história individual de cada mulher do clã que, de uma maneira ou de outra, conseguiu se impor à arbitrariedade e aos desmandos masculinos. Como se fosse a **História de Mulheres** de José Régio vista por dentro, desfilam ante o leitor Raquel, Benedita, Catarina Isabel, Charlotte, Luciana etc., numa luta feroz, serena mas firme, para se fazerem respeitar, dentro e fora de casa.

A época escolhida por Helena Marques para ambientar o enredo favorece o compromisso ideológico: a trinta anos da instalação da República portuguesa, naquele conturbado período de transição de tantos valores, políticos e éticos, nada tem de anacrônico o fato de Catarina Isabel ter de superar uma infinidade de barreiras para estudar Medicina, inclusive o ser acompanhada às aulas pela criada, nem a maldosa curiosidade despertada pelos hábitos pouco ortodoxos de Luciana, livre depois de viúva e com topete suficiente para tornar-se amante do também viúvo Marcos, sem pretender sacralizar a união. São gestos e medidas que mais acentuam não só o provincianismo da região, como a injustiça “legal” de certas leis discriminadoras da mulher.

A proposta de Helena Marques para fugir à humilhante escravidão, que, conforme alfineta nas entrelinhas, vem se estendendo pela inépcia dos governos, é através da sexualidade. E aqui ela se alinha, com veemência indisfarçada, às vozes matriarcais que contemporaneamente têm defendido o direito ao prazer, ao sexo em igualdade de condições, à racionalização da família etc. Páginas e páginas se estendem sobre os absurdos do parto em situações tão dolorosas para a parturiente, sobre os atrasos da ciência que pouco se preocupa com a saúde da mulher e sobre a obrigatoriedade da procriação. A guerra é longa, árdua, e, para sair vitoriosa, é preciso proceder como Raquel, mitificada no romance pela soberania com que conduziu o próprio destino, inclusive o de seu corpo.

Como se vê, **O último cais** é prato cheio para quem reza pela mesma cartilha da ficcionista, residindo atualmente em Lisboa. Dada a confluência entre

as questões que ela aborda e as recentes polêmicas no Cairo sobre planejamento populacional, não custa conferir o lado oportuno da fantasia engajada de Helena Marques.